

**Diálogos Epistolares e a Construção de um “Campo”: a escrita do folclore em Goiás nas correspondências institucionais (1948/1978)****Mônica Martins da SILVA\***

**Resumo:** O movimento de institucionalização do folclore, no Brasil, teve início com a Comissão Nacional do Folclore, criada em 1947. Nos anos seguintes, esse movimento se capilarizou por meio de diversas comissões regionais responsáveis pela criação de uma grande rede nacional de folcloristas que, exortada pelo ideal de missão, promoveu eventos, inquéritos e pesquisas sobre o folclore e incentivou a escrita de diversos textos sobre a vida cultural dos estados. Neste artigo, apresenta-se a trajetória da Comissão Goiana de Folclore, criada em 1948, analisando as correspondências epistolares trocadas entre os secretários dessa comissão regional e os da comissão nacional, a fim de compreender os percursos da construção do folclore como “campo intelectual”, por meio da subjetividade dos seus autores. Analisa-se, também, as relações desse movimento com as políticas culturais dos anos de 1940 a 1980, quando se acreditava que o povo, as suas práticas e tradições deviam ser protegidas e resgatadas para compor uma identidade nacional.

**Palavras-chave:** Folclore. Comissão Goiana de Folclore. Instituições. Campo intelectual. Correspondências epistolares.

**Epistolary Dialogues and Construction of a "Field": the writing of folklore in Goiás in institutional correspondence (1948/1978).**

**Abstract:** The folklore institutionalization movement in Brazil began with the Folklore National Commission, established in 1947. In the following years, this movement developed through various regional committees responsible for creating a large national network of folklorists, which, inspired by the ideals of the mission, promoted events, surveys and research on folklore, whilst writing several texts on the cultural life of the Brazilian states. This paper examines the work and activities of the Goiana Folklore Commission that was established in 1948. In addition to this an analysis is provided of the epistolary correspondence exchanged between secretaries of the regional commission and of the

---

\*Professora Doutora – Departamento de Metodologia de Ensino – Centro de Ciências da Educação – 1º andar - Bloco B/CED - Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Trindade – Florianópolis - Santa Catarina 88040-900. E-mail: [moniclio@uol.com.br](mailto:moniclio@uol.com.br). Este texto faz parte da tese de doutorado *A Escrita do Folclore em Goiás: Uma história de intelectuais e instituições (1940/1980)*, defendida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília. Esta pesquisa contou com financiamento da Capes.

national commission, whilst trying to understand the processes of folklore construction as an “intellectual field”, through the subjectivity of their authors. The relationship of this movement with the cultural policies from the year 1940 to 1980 are also examined, at a time when it was considered that people, their practices and traditions should be protected and rescued in order to form a national identity.

**Keywords:** Folklore. Goiana Folklore Commission. Institutions. Intellectual field. Epistolary correspondence.

O Folclore é um neologismo inglês do século XIX que resultou na criação de um campo disciplinar que reuniu os sentidos das práticas de compilação já realizadas pelos clubes de antiquários dos séculos XVII e XVIII e teve seguimento com os intelectuais românticos do século XIX (ORTIZ, [1992 ?], p. 10), para quem o povo significava um grupo homogêneo de hábitos mentais similares, com os quais os indivíduos participavam de uma cultura única, que simbolizava o esplendor do passado. (BURKE, 1989, p. 9).

No Brasil, até os anos de 1940, o folclore era uma temática de interesse de vários autores polígrafos e também foi objeto de investimento de Sílvio Romero, Amadeu Amaral, Mário de Andrade, entre muitos outros. No entanto, quando alguns desses intelectuais almejavam a elaboração de um campo autônomo para o folclore e buscaram a definição de um método de pesquisa que fosse considerado científico, produziu-se um intenso antagonismo com áreas das ciências sociais, que questionavam o estatuto do folclore como campo acadêmico, dadas as limitações teóricas e metodológicas de seus estudos. (FERNANDES, 1989).

A profissionalização dos estudos do folclore só foi reconhecida a partir da criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), em 1947, instituída como uma das comissões do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e composto por intelectuais brasileiros que fariam a intermediação entre instituições educacionais, científicas e culturais e a Unesco. (VILHENA, 1997, p. 94). A partir desse contexto, a temática do folclore, antes restrita ao universo dos intelectuais diletantes, aos poucos foi despertando o interesse de outros pesquisadores, o que incentivou a criação de um campo do folclore, que, na acepção de Bourdieu (1990), teria regras e posições determinadas, que resultaram em relações de força e lutas internas e externas ao campo, elaboradas com base em diferentes estratégias e na produção de um vasto capital simbólico que estimulou muitos intelectuais a participarem do movimento.

A criação das comissões estaduais iniciava-se com o convite da CNFL a um intelectual de cada Estado para que assumisse o cargo de secretário-geral. Aceito o convite, cabia à diretoria do IBECC efetivá-lo oficialmente. Quando a CNFL não possuía referências de nomes para assumir o cargo, solicitava-os para instituições locais, como os Institutos

Históricos e Geográficos ou as Academias de Letras. Renato Almeida, na condição de presidente da CNFL, dirigia-se, valendo-se de um apelo missionário às instituições e aos intelectuais, buscando convencê-los da necessidade da proteção do folclore. Alguns desses intelectuais regionais souberam transformar o prestígio, adquirido com a sua vinculação a esse órgão cultural, em capital simbólico, mediante o qual puderam ocupar outros cargos na administração pública ou participar de projetos e publicações da área do folclore.

A pesquisa do antropólogo Luís Rodolfo Vilhena (1997) intitulada *Projeto e Missão* é muito importante para a discussão do processo de institucionalização do folclore no Brasil, visto que, mediante extensa pesquisa documental, conseguiu identificar as principais fases desse movimento e as diferentes formas de gestão e atuação dos intelectuais em cada uma delas. Este autor atribui a dinâmica da CNFL ao desempenho pessoal de Renato Almeida, que a vinculava ao seu prestígio e posição para desenvolver atividades da comissão (VILHENA, *op. cit.*, p. 96).

A missão da CNFL era a de institucionalizar os estudos e proteger o folclore no país, promovendo sua incorporação na esfera governamental e nas universidades. Para Nedel (2005), esse projeto, acalentado em um momento de transição dentro do desenvolvimento das Ciências Sociais no país, exerceu uma atração especial sobre autores polígrafos dos estados, chamados a participar de um programa que tinha entre suas principais metas a execução de um inquérito folclórico nacional e a preservação das heranças folclóricas regionais. Vilhena (1997) mostra que entre os compromissos doutrinários firmados pelos gestores do folclorismo, o último deles remete a uma inovação introduzida no cenário institucional da época. Trata-se do estímulo à criação de museus folclóricos locais e comissões regionais em todas as unidades da Federação, mediante o comprometimento dos secretários-presidentes de agregar outros sócios-correspondentes nos municípios. Com tal estratégia, a Comissão Nacional do Folclore procurava alcançar o *locus* provincial das manifestações folclóricas e operar dentro de um quadro federalizado, capaz de alcançar os esforços até então isolados de estudiosos espalhados pelas capitais e pelo interior. (VILHENA, 1997, p. 94).

### **Diálogos Epistolares e a Construção do Campo: a escrita do folclore em Goiás nas correspondências institucionais**

A Comissão Goiana de Folclore (CGF) foi criada em 1948, no contexto de expansão dos trabalhos da Comissão Nacional de Folclore (CNFL). Ao longo das duas décadas seguintes à sua criação, mobilizou diferentes intelectuais, que se envolveram distintamente com as discussões e práticas do folclore. As interpretações elaboradas nesse texto resultam da análise de alguns documentos produzidos pelos próprios membros da Comissão, entre

eles, a correspondência epistolar ativa e passiva da CGF e da CNFL, trocada entre as duas instituições durante os anos de 1948 a 1978. As cartas são utilizadas não apenas para caracterizar o processo de institucionalização do folclore em Goiás, mas também para a compreensão das formas de estruturação de um campo intelectual que criou uma rede de sociabilidade e de interação entre os folcloristas goianos e cariocas com características próprias.

O contato com essa documentação só foi possível mediante pesquisas realizadas nos arquivos do Museu Nacional do Folclore, no Rio de Janeiro, onde parte das correspondências enviadas pela CGF para a CNFL foi arquivada<sup>1</sup>. Essa descoberta foi uma grande surpresa, já que Vilhena (1997) afirma ter localizado apenas três cartas entre as Comissões nacional e goiana, ao caracterizar a posição marginal desta em relação a outras consideradas exemplares no movimento nacional como as Comissões de Folclore de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais. De fato, a análise desses documentos evidencia que o funcionamento da CGF sempre esteve aquém do esperado pelos dirigentes nacionais, mas ela estava longe de ser uma comissão inerte. Os intelectuais que estiveram à frente da entidade envidaram, cada um a seu modo, inúmeros esforços que fizeram da experiência institucional em Goiás um momento vivo e dinâmico, apesar dos percalços enfrentados para a manutenção da instituição.

Os intelectuais, talvez mais do que outros grupos, se caracterizam pela troca de ideias, informações e opiniões, e por meio dessa teia discursiva é possível vislumbrar a tessitura de sua rede pessoal e profissional. Esta, por sua vez, permite observar como ocorreu a (re)inserção do intelectual no seu ambiente cultural, político e profissional e como essa troca influenciou as formas de produção do seu discurso. Nesse sentido, a escrita epistolar é o espaço preferencial para a discussão das relações entre os intelectuais, pois foi com essa prática de escrita que muitos deles construíram as suas relações; e sua consulta, hoje, é reveladora das ideias, projetos, opiniões, interesses e sentimentos correntes à época, “Uma escrita de si que constitui e reconstitui suas identidades pessoais e profissionais no decurso da troca de cartas” (GOMES, 2004, p. 52)

Para a análise dessa correspondência entre os membros das comissões de folclore, como espaço privilegiado para a compreensão da sociabilidade intelectual, recorreu-se à noção de “campo de produção cultural”, utilizada por Pierre Bourdieu (1990; 2005) para discutir as características do campo intelectual em relação aos demais campos por ele analisados. Nesse sentido, pode-se afirmar que, embora dotado de todos os elementos presentes em outros campos, como as relações de força, os jogos políticos, as posições estratégicas, a disposição incorporada de algumas atitudes, o campo intelectual estaria dotado de uma percepção diferencial, pois “[...] tem por princípio uma espécie muito particular de capital, que é simultaneamente o instrumento e o alvo das lutas de

concorrências no interior do campo, a saber, o capital simbólico como o capital do reconhecimento ou de consagração, institucionalizada ou não [...]” (BOURDIEU, 1990, p. 170).

É por intermédio deste capital simbólico que os folcloristas vão compor as regras de um campo intelectual que criou um discurso próprio para analisar a cultura do seu tempo, nem sempre consoante a regras de outros campos. Eles criaram modos próprios de percepção do povo e adotaram formas peculiares de valorização do trabalho intelectual, além de reivindicar uma autonomia de ações dentro do vasto campo intelectual na realização de pesquisas e publicações e também na definição do fato folclórico. Todas essas questões podem ser percebidas por meio da correspondência epistolar.

Esse tipo de documento produz registros que caracterizam o ponto de vista de seus autores, pois como é frequentemente caracterizado pela escrita de si, a dimensão da subjetividade de quem escreve é parte integrante da linguagem e também um produto da narrativa que elabora (GOMES, 2004). Sendo assim, a análise da correspondência epistolar entre as comissões citadas não tem o objetivo de recuperar a verdade desse movimento, e sim de discutir o que os autores das missivas disseram que viram, sentiram, experimentaram, retrospectivamente, em relação ao movimento do folclore em Goiás e no Brasil. Conforme afirma Chartier, as cartas, como qualquer outro documento, não poderiam “nunca anular-se como texto”, ou seja, “como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção” (CHARTIER, 1988, p.63).

A criação da CGF foi informada à Comissão Nacional do Folclore em carta enviada a Renato Almeida, secretário-geral da entidade, em dezembro de 1948. O remetente, que teve o cuidado de enviar uma carta redigida à mão, era Alceu Maynard Araújo, intelectual já conhecido no Rio de Janeiro, tarefa que lhe coube provavelmente, por ser membro da Comissão Nacional do Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciências (IBECC), instituição responsável pela criação das comissões regionais de folclore. Em um dos trechos dessa correspondência inicial, Araújo lembra a Renato Almeida os seus vínculos com a cidade que sediaria a nova comissão, lembrando a sua visita a Goiânia, em 1942, durante o Batismo Cultural. “O sr. já é padrinho cultural de Goiânia pois aqui estive por ocasião do Batismo Cultural dela” (Carta nº 1 de Alceu Maynard Araújo para Renato Almeida em 21/12/1948). Os laços de proximidade e vínculo profissional são expressos no entusiasmo, próprio dos discursos do pós-guerra, pela criação das comissões estaduais e no tratamento de proximidade utilizado para finalizar a carta:

Nossa CNFL merece o nosso entusiasmo e o nosso esforço.  
Pra Frente Brasil !

Um grande abraço de seu aluno, amigo e admirador sincero.  
Alceu Maynard Araújo  
(Carta nº 1 de Alceu Maynard Araújo para Renato Almeida em 21/12/1948).

A lista com os nomes dos membros da nova comissão indicava também o lugar social de cada um e demonstrava que havia sido composta por alguns intelectuais já conhecidos no meio cultural goiano, seja pelas suas publicações, seja pela participação nas poucas instituições culturais do período. Todos eles são identificados pela sua profissão, demonstrando que possuíam campos de atuação profissional semelhantes.

À frente da comissão, como secretário-geral, foi indicado o advogado Colemar Natal e Silva, que na época já era um intelectual reconhecido pela sua atuação na criação de importantes instituições culturais daquele período, como o Instituto dos Advogados de Goiás (1932), o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1933) e a Academia Goiana de Letras (1939), e já havia escrito os seus principais livros. Além disso, ele era o representante de Goiás no IBECC, o que certamente ampliou a sua visibilidade e o credenciou para ocupar o principal cargo da CGF. Como membros, foram designados diversos outros intelectuais regionais como advogados, jornalistas e professores, e muitos deles também eram escritores que já haviam construído interpretações sobre a história e a cultura do Estado, portanto, já iniciados no campo das letras.

Apesar de essa primeira carta ter sido marcada por grande entusiasmo por parte de Alceu Maynard de Araújo, o diálogo epistolar entre as comissões foi estabelecido somente após vários meses da criação oficial da CGF, a partir de correspondência enviada por Colemar Natal e Silva a Renato Almeida, em 25 de maio de 1949.

Analisando o conjunto das cartas, percebe-se que, em sua grande maioria, eram datilografadas e frequentemente apareciam iniciais nos cantos das páginas que indicavam que o datilógrafo poderia não ser o remetente. Porém, no caso das correspondências enviadas por Renato Almeida, há indícios de que elas fossem ditadas ou rascunhadas por ele próprio, pois tinham sempre o mesmo tom, que combinava formalidade e cordialidade, e alternavam as cobranças próprias do trabalho institucional com o apelo apaixonado em defesa do folclore. Em geral, as suas cartas eram bem escritas, com poucos erros de datilografia e sempre organizadas por tópicos, indicando o perfil de um intelectual organizado, sistemático e metódico, mas que falava pouco de si. Na CGF, Colemar era sempre bastante formal na sua escrita, embora, frequentemente, ao dirigir-se a Renato Almeida, alternasse pronomes formais como “Excelentíssimo Senhor Professor Renato Almeida”, “Ilmo Sr. Prof Dr Renato Almeida” e “Prezado e mui ilustre amigo professor Renato Almeida”. Outras vezes, quando a correspondência era mais objetiva, o pronome de tratamento era apenas “Prezado senhor”, indicando que o datilógrafo pudesse ser algum de

seus ajudantes ou que os pronomes de tratamento pudessem ser utilizados conforme o objetivo da carta ou conforme a disposição de tempo do escritor.

Pode-se aproximar o epistolário dos folcloristas ao tipo de correspondência identificada por Michel Trebitsch (1992) como instrumento de construção de redes – *correspondance-réseau* – que possibilitam analisar o conjunto de relações de um determinado grupo organizado, o qual poderia estar estruturado em torno de uma figura referencial e ter objetivos comuns. No caso do movimento do folclore, pôde-se perceber, no conjunto das correspondências, que Renato Almeida ocupou uma posição central e que serviu de base para que fossem definidos os critérios de organização das comissões, as ações dos secretários e os projetos a serem realizados. Por outro lado, a escrita das cartas revela que os secretários goianos nem sempre polarizaram as atividades da CGF, denotando uma organização mais dispersa e menos preocupada com os projetos da Comissão Nacional. Contudo, a formalidade, o respeito, a cordialidade e a ênfase no caráter missionário do movimento constituem alguns dos elementos componentes do *habitus* dos folcloristas e podem ser percebidos nas cartas.

Nessa correspondência inicial, provavelmente a primeira da CGF para a CNFL, Colemar Natal e Silva relata as dificuldades na realização dos trabalhos da Comissão e se desculpa pelo atraso na resposta de carta enviada, pois a recebera com mais de um mês de atraso. Além disso, informa o não recebimento de saudação enviada da Bahia pela comissão daquele Estado, na data do IV Centenário da Cidade de Salvador. Por outro lado, confirma o recebimento dos comunicados distribuídos pela Comissão Nacional, os quais qualifica como “ricos em conteúdo folclórico”. Esse possível intervalo entre o início da comunicação entre as comissões é, de certa forma, justificado por Colemar Natal e Silva, pelo fato de “A nossa Sub-comissão, até hoje, por força de um conjunto de circunstâncias assás complexo, está em fase de organização: trabalho, apenas, de arregimentação [sic]. (Carta nº 2, de Colemar Natal e Silva para Renato Almeida, em 25/05/1949)

As circunstâncias complexas às quais ele se refere na correspondência não foram completamente esclarecidas, mas certamente estavam relacionadas com as dificuldades próprias de cidades novas, ainda em processo de organização das instituições, como era o caso de Goiânia que havia sido construída para ser a sede do novo governo e se tornado capital de Goiás, em 1937. As dificuldades de arregimentação de novas pessoas também podem estar relacionadas à própria instabilidade do processo de constituição de um campo intelectual em Goiás, uma vez que a incipiência da cidade não permitia a solidez de relações políticas e sociais constituídas. Muitos desses intelectuais, certamente, observavam e refletiam sobre a melhor forma de ocupar esse novo espaço e, possivelmente, o folclore, ainda incipiente, não despertasse o interesse necessário para o investimento em um trabalho institucional.

Mas, mesmo assim, Colemar Natal e Silva considerava a situação de Goiás muito apropriada para a organização de uma instituição de folclore, pois reuniria alguns elementos importantes para esse tipo de pesquisa, como pode ser percebido no trecho abaixo, da mesma correspondência comentada anteriormente.

Aliás, o nosso Estado, pouco caldeado pelo sangue estrangeiro, habitado na sua maior parte pelos filhos das três raças tristes – o português, o índio e o negro, apresenta um campo fecundo para as pesquisas folclóricas [sic]. Sou e gabo-me de ser um grande entusiasta desses estudos (Idem)

Percebe-se que o discurso das “três raças” é utilizado por Colemar Natal e Silva para expor a posição de um intelectual moderno, que dominava os termos próprios do novo campo em questão, ao mesmo tempo que reivindicava a importância da CGF em relação às demais comissões. Naquele momento, havia um grande interesse na elaboração de um amplo inquérito do folclore que mapearia o território brasileiro. Nesse sentido, Goiás seria uma região importante, como afirma Colemar Natal e Silva, pois o isolamento do lugar havia produzido um tipo “racial” distante do litoral, logo, mais afastado das interferências da cultura estrangeira, portanto, nesse raciocínio, mais próximo da gênese do brasileiro genuíno, o tipo humano que seria o produto das “três raças tristes”, concepção bastante corrente na época entre os autores polígrafos e memorialistas.

A mesma carta indicava, contudo, certa insatisfação com a composição inicial da Comissão, já que afirmou desejar propor a ampliação da comissão, incluindo nela algumas pessoas que ficaram de fora, pois considerava que a tarefa requeria criar, inicialmente, uma mentalidade mais compreensiva da importância do estudo e da pesquisa do folclore. Certamente, os intelectuais que considerava mais qualificados não haviam sido incluídos na relação inicial da comissão e, por isso, era preciso “arregimentar os entusiastas do assunto” (Carta nº 2 de Colemar Natal e Silva para Renato Almeida em 25/05/1949).

Apesar de todo o entusiasmo que professava, o remetente considerou que houve precipitação na sua escolha para a secretaria geral da CGF, já que ele ocupava diversas outras funções, como se vê no trecho abaixo:

Fui mal indicado para a secretaria geral porque não poderei ter a necessária eficiência por causa da multiplicidade de encargos que já me pesam sobre os ombros: - Presidências que consomem todo o tempo disponível - a do Instituto Histórico e Geográfico, do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, neste estado, a do conselho técnico da Faculdade de Direito, onde exerço ainda o professorado, e agora a da Comissão Estadual de Educação, Ciência e Cultura [refere-se ao IBECC]. E nesse mês me acho ainda como vice-presidente em exercício, na presidência de meu partido político. Não me dará razão o Dr. Renato? (Carta nº 2, de Colemar Natal e Silva para Renato Almeida, em 25/05/1949)

É interessante observar que, ao mesmo tempo que as inúmeras atribuições de Colemar Natal e Silva serviam para justificar a sua dificuldade em gerir mais uma instituição cultural, como a CGF, podem ser utilizadas para identificar o lugar social do qual ele falava, visto serem indicativas de seu prestígio e reconhecimento entre os seus pares, além de demarcar sua versatilidade e capacidade em transitar por diferentes posições no campo intelectual.

A temática dos congressos e das semanas de folclore sustentou boa parte do diálogo epistolar entre Colemar Natal e Silva e Renato Almeida, e esse tema revela alguns aspectos da organização institucional do movimento, como a reafirmação dos congressos como espaços de construção de valores e sentimentos folcloristas, a ênfase na arregimentação coletiva dos membros para a adesão nas atividades e a importância dos congressos para a veiculação de uma imagem coesa, festiva e articulada dos folcloristas para o grande público.

A troca de cartas entre as comissões tinha como objetivo criar práticas comuns em torno do trabalho com o folclore. Era também um recurso utilizado para demonstrar os caminhos a serem percorridos pelas comissões estaduais, quase sempre com base em alguns modelos de determinados estados e, ao mesmo tempo, estimular a ampla divulgação local das diretrizes nacionais do folclore. Para garantir o prestígio e o respaldo necessários às comissões de folclore, Renato Almeida enfatizava ser preciso “aproveitar as possibilidades que estão sendo abertas aos nossos trabalhos, para incentivar, em todo o país, o interesse e o desvelo pelo folclore, principalmente entre os moços”. Nesse ponto, observa-se que havia um grande interesse na adesão dos jovens intelectuais para a causa do folclore, a exemplo do que já havia ocorrido durante o Estado Novo, quando a juventude era vista como a porta de entrada das vanguardas, por sua disposição para a transformação do país.

No decorrer da troca de cartas entre Renato Almeida e Colemar Natal e Silva, além da temática dos congressos e atividades do folclore, ganhou espaço a discussão acerca da assinatura de acordos de ajuda técnica com governos dos Estados, o que permitiria um trabalho efetivo das comissões, pelas possibilidades de auxílio financeiro dos estados para as atividades do folclore, como os congressos, além das vantagens que trariam para o ensino, a divulgação do folclore e a proteção ao artesanato e às artes populares.

Apesar da importância e da centralidade desse tema no conjunto das correspondências, observa-se que outro assunto foi ganhando espaço nas cartas. Trata-se do anúncio da saída de Colemar Natal e Silva da CGF, como pode ser lido no trecho abaixo:

Prezado e mui ilustre amigo professor Renato Almeida  
Regressando de longa viagem que fiz ao interior do Estado, deparei sua carta de 12 deste que passo a responder.

Bem razão tinha eu quando, convidado com enorme insistência por nosso valoroso companheiro Dr. Alceu Maynard Araújo - declinara, reiteradas vezes do honroso convite para o sub-secretariado de Comissão folclórica, em nosso Estado.

Como motivo da minha recusa, afirmei então que sobrecarregado com diversos outros encargos, não me seria de todo possível exercer a missão com a devida eficiência.

As minhas razões, expostas com toda a franqueza e lealdade, não foram, infelizmente aceitas, ou acatadas para o almejado fim de ser escolhido outro nome, que não o meu. Vejo agora que errei: no pressuposto que mesmo sobrecarregadíssimo de encargos advindos, não só da cátedra, como depois da Diretoria da Faculdade de Direito e de Presidências de Associações diversas, deveria ter dado o caráter de irrevogável à minha recusa.

(Carta nº 8, de Colemar Natal e Silva para Renato Almeida, em 28/11/1950)

A carta, escrita em 28 de novembro, era uma resposta à correspondência recebida em 12 de julho, tal como Colemar Natal e Silva afirma no seu texto. O tom amistoso e cordial, marca, até então, de todo o diálogo epistolar entre os dois secretários, parecia um pouco afetado em função do arrependimento de Colemar Natal e Silva de ter assumido a secretaria da CGF, embora se considerasse um simpatizante da causa folclórica.

Devo confessar, meu caro Dr. Renato, sou um grande entusiasta das pesquisas folclóricas, reconheço, sem mágoa que a despeito disso, é procedente a crítica que me é feita em sua missiva.

Colocando, desde logo em suas mãos o cargo, cuja renúncia peço vênia para apresentar em carácter irrevogável, passo a lhe explicar de amigo para amigo, as razões da pouca eficiência de nossos trabalhos (Idem).

Ao que tudo indica, a carta respondia a alguma crítica de Renato Almeida, possivelmente pelo pouco envolvimento da Comissão Goiana com o movimento nacional do folclore, já que o ano de 1950 fora marcado por diversas reuniões e preparativos para a III Semana Nacional, a ser realizada em Porto Alegre, e para o I Congresso Brasileiro de Folclore que ocorreria no ano seguinte. Contudo, talvez ciente das suas limitações para o cargo, Colemar Natal e Silva afirma que a sua decisão seria irrevogável, mas, mesmo assim, não se esquivou em esboçar a teia de problemas na qual se envolveu quando à frente da CGF. Um dos problemas apontados por ele foi a ausência de um secretário-auxiliar, no início das atividades da Comissão, o que o obrigou a redigir de próprio punho setenta e sete cartas-circulares para todos os municípios do Estado, além de ter expedido e registrado as correspondências às suas expensas. Segundo Colemar Natal e Silva, o conteúdo dessas circulares procurava expor os objetivos da Comissão Nacional e pedia apoio aos estudiosos; porém, afirma ter recebido apenas nove respostas.

Afirma, também, ter redigido e encaminhado ao governador do Estado, Jerônimo Coimbra Bueno, uma representação na qual expunha a situação real da CGF, inclusive a

ausência de aparelhamento material, datilógrafo, máquinas de escrever, papel de expediente, verba para telegramas e cartas, entre outros, e pleiteava uma subvenção que possibilitasse o desenvolvimento normal e progressivo das atividades. Ao que parece, boa parte da intelectualidade goiana que se dedicava ao estudo do folclore exercia o magistério, além de outras atividades paralelas, indicando um aspecto relevante do campo intelectual: “O professorado aqui é pobre, todo ele exerce várias atividades para viver”, argumentou Colemar Natal e Silva a Renato Almeida.

Além de todo o esforço para conseguir verba para a organização das atividades mínimas, Colemar Natal e Silva afirma ter realizado, em sua própria casa, seis sessões da Comissão: “Fiz numerosos e insistentes convites pessoais, comprei livros de ata, arranjei sede provisória, etc.”. No entanto, a tônica da carta recai tanto sobre as dificuldades materiais de realização das atividades, dada a ausência de verbas públicas para as atividades do folclore, como pela ênfase no esforço pessoal do secretário goiano que parecia, daquele modo, incorporar o discurso missionário do movimento ao enfatizar a sua saga de atividades e esforços individuais para a manutenção do movimento estadual. (Carta Nº 8, de Colemar Natal e Silva para Renato Almeida, em 28/11/1950).

A correspondência seguinte, ou a que corresponde à sequência desse diálogo no conjunto das cartas localizadas, revela que o secretário goiano recuou da sua decisão inicial, ao que parece, atendendo a algum apelo de Renato Almeida para a sua permanência, e reiterando o sentido missionário que os membros do movimento atribuíram para as suas ações, como se vê no trecho abaixo:

Meu caro amigo,

Recebi sua prezada carta de 8 deste, acusando recebimento da que lhe dirigi, depondo em suas mãos o cargo de Secretário Geral da Sub-Comissão Goiana de Folclore [sic]

Sendo certo que a soma de embaraços que nos dificulta a ação será a mesma para qualquer outro, como bem observa a sua carta, e o folclore brasileiro está mesmo a exigir, de todos nós, um esforço contínuo e crescente, não me sentiria bem com a minha consciência deixando sem eco o seu apelo, no sentido da minha permanência.

Foi justamente inspirado no muito amor que tenho pelas coisas de nosso folclore que alimentei a aspiração sincera de encontrar um substituto que melhor pusesse avante a nobre missão, a mim confiada, mais pela generosidade do ilustre amigo do que pelos meus apoucados merecimentos.

São estas as contingências que me impõem revogar a minha atitude anterior.

(Carta nº 10, de Colemar Natal e Silva para Renato Almeida, s/d)

O trecho acima também expõe como os elementos evidenciados pelos próprios membros do movimento naquele momento, a exemplo da necessidade do enfrentamento

das dificuldades, a ênfase no esforço, na dedicação e na referência ao amor pela causa folclórica, são agenciados no diálogo epistolar, em proveito da construção de um personagem abnegado e disposto aos maiores sacrifícios em prol de uma causa coletiva que era o folclore. Isso revela a importância do diálogo epistolar para a construção de sentidos, ao mesmo tempo que, por meio das narrativas de si, personagens como Renato Almeida e Colemar Natal e Silva construíam os seus lugares no campo institucional, evidenciando características coerentes com o sentido coletivo e missionário que Vilhena (1997) afirma constituírem o *habitus* do movimento.

Em maio de 1952, ou seja, dois anos depois da crise identificada no movimento goiano, Colemar Natal e Silva escreveu a Renato Almeida anunciando a nova composição da CGF e comunicando o seu afastamento definitivo da secretaria geral, bem como indicando o nome de seu substituto.

O processo de seu afastamento do cargo de Secretário Geral não foi fácil, visto que, nessa correspondência, Colemar Natal e Silva afirma que foi preciso fazer três reuniões para conseguir dar um novo rumo à comissão. A primeira ocorreu logo após o seu retorno do Rio de Janeiro, viagem que, possivelmente, serviu para fazer um contato pessoal de despedida e também, como indica a carta, apresentar cópia da representação enviada ao governo do Estado de Goiás com o pedido de assinatura de convênio para amparar as questões do folclore. Nessa primeira reunião, Colemar Natal e Silva afirmou ter transmitido as instruções para a assinatura do convênio com o Estado; na segunda, submeteu à Comissão um plano de trabalho elaborado por ele propondo a expansão dos estudos e pesquisas folclóricas em Goiás. Apenas na terceira reunião é que foi possível a reorganização da Comissão, que passou a contar com um quadro ampliado de intelectuais.

Na reorganização da Comissão, alguns membros da formação original foram mantidos, mas a nova Comissão foi organizada sob critérios que incluíam nomes de intelectuais importantes, não apenas no campo cultural, mas também no campo político, a exemplo do novo secretário. Essa composição, que também admitia membros ligados ao campo da educação, estava relacionada com o interesse dos folcloristas, expressos na Carta do Folclore Brasileiro de 1951, de incorporar o folclore como parte do currículo educacional brasileiro. Nesse sentido, eram promovidos cursos de formação voltados especialmente para professores, para que ocorresse uma grande transformação no ensino brasileiro, que passaria a valorizar o folclore como parte integrante da nação.

Na correspondência em que oficializava seu afastamento da secretaria geral da CGF e solicitava o encaminhamento de seu pedido ao IBECC, Colemar Natal e Silva utiliza a retórica do campo do folclore, elogiando o seu substituto, o cônego Trindade, que afirmava ser pessoa de real valor intelectual e que reunia os requisitos para desempenhar, as funções que o movimento exigia. Além disso, mesmo na correspondência que marca o seu

afastamento oficial da secretaria do movimento, observa-se que ele procura não desfazer o vínculo radicalmente, afirmando que continuaria como colaborador-coadjuvante e membro da referida comissão.

Por meio da análise dessas correspondências que indicam o processo de implantação da Comissão Goiana de Folclore, percebe-se que Colemar Natal e Silva foi um artífice que bem incorporou o sentido da prática missionária do movimento, ao mesmo tempo que foi se transformando em personagem central na construção inicial de um capital simbólico em torno de diversas atividades intelectuais relacionadas ao folclore. Nos anos seguintes, as correspondências institucionais revelam que nenhum outro secretário goiano conseguiu desempenhar as funções esperadas pela comissão nacional, o que revela a própria dificuldade do movimento em arregimentar os personagens que aceitavam as regras do novo campo intelectual.

Embora tenha havido um esforço inicial de ambas as partes em construir o Cônego Trindade como o substituto de Colemar Natal e Silva, sobretudo pelo fato dele ser um personagem com perfil bastante adequado àquela fase do movimento em 1952, as correspondências entre Renato Almeida e o novo secretário Cônego Trindade foram breves e limitaram-se à discussão em torno da criação do convênio estadual. Apesar desse convênio, ao que parece, nunca ter se formalizado, obteve-se em 1953 uma portaria que definia, como parte das atribuições do Secretário Estadual de Educação e Cultura, algumas das funções que eram exercidas sem nenhuma oficialização pública, como pode-se ver no trecho abaixo:

A Divisão de Expansão Cultural, desta secretaria via do Segundo Grau [sic], se encarregue do serviço de Secretaria da Comissão Estadual de Folclore, atendendo o expediente de registros, arquivos, correspondência e promovendo meios de coletar em todo o Estado o maior número possível de registro dos festejos tradicionais, e dê princípio ao planejamento de um pequeno museu de caráter exclusivamente [sic]. (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1953).

Percebe-se que o trecho acima revela que houve um esforço do novo secretário goiano em inserir as atividades do folclore como parte da agenda da Secretaria de Educação e Cultura, sob sua responsabilidade, indicando que, aos poucos, a temática do folclore ia ganhando espaço na agenda política, seja por meio dos meandros das leis, seja pela sua aceitação como prática cultural e intelectual relevante.

A recepção dessa iniciativa do Cônego Trindade por Renato Almeida foi bastante positiva e elogiosa, sendo apontada como uma forma eficaz de colaboração entre o governo do Estado e a Comissão Nacional do Folclore. Renato Almeida também se refere ao projeto

do museu folclórico, mencionado no documento para fins de ensino, como da maior utilidade visto que atendia a uma das recomendações da Carta do Folclore Brasileiro.

Apesar disso, em carta datada em 19 de outubro de 1953, Cônego Trindade cumprimentou Renato Almeida pelo êxito do II Congresso Brasileiro de Folclore, tema que ocupou as poucas correspondências trocadas entre eles, e comunicou o seu afastamento da CGF:

O trabalho de folclore, que inegavelmente é um grande empreendimento no Brasil, terá sempre de minha parte, quer como secretário de Estado, quer pessoalmente, o mais franco e decidido apoio.

Acontece, porém, que várias circunstâncias, independentes da minha vontade me impedem de dar cumprimento satisfatório às iniciativas que deve ter a Comissão Estadual, daí estar eu, neste momento, propondo a minha dispensa do cargo de Secretário Geral desta comissão e indicar para substituir-me o professor Jarbas Jayme, historiador, goiano de grande mérito e inteligente pesquisador das coisas e tradições de nossa terra.

A nomeação do professor Jarbas Jayme irá levantar a Comissão Goiana, e marcará início de uma fase de realizações que nos levarão andar de passos certos com as "comissões exemplares" que já funcionam nos outros estados do país.

(Carta nº 26, de Cônego Trindade para Renato Almeida, em 19/10/1953)

A carta do Cônego Trindade, embora com características diferentes daquelas redigidas por Colemar Natal e Silva, parecia incorporar alguns elementos do diálogo epistolar e comungar a ideia de que haveria uma pessoa certa e ideal para a condução hercúlea do folclore como atividade institucional. Assim, encerra-se essa etapa das correspondências que visavam definir um novo secretário regional do folclore para Goiás, tendo em vista que nas correspondências seguintes esse assunto não é retomado e tampouco se sabe se, de fato, Jarbas Jaime, chegou a assumir o movimento.

### **As cartas de Regina Lacerda e os novos diálogos do campo**

Durante a gestão de Colemar Natal e Silva, ao que parece, Regina Lacerda cumpria um papel auxiliar nos trabalhos da Comissão, provavelmente colaborando com Colemar Natal e Silva e minimizando o seu desconforto por causa das suas múltiplas atribuições. Nas entrelinhas dos documentos pesquisados, entre eles, as cartas, percebe-se que Regina Lacerda se inseriu de outras formas, ora colaborando na escrita de cartas que mantinham o diálogo epistolar entre as comissões, ora enviando livros e também apresentando ideias e projetos.

Regina Lacerda mudou-se para Goiânia em 1949 e, além de dar aulas, frequentava as principais rodas sociais da cidade, auxiliando a primeira-dama do Estado na organização de bailes e eventos políticos e culturais, além de ter se tornado dona de um dos primeiros

salões de beleza da cidade, que era frequentado pelas mulheres da boa sociedade goianiense (LACERDA, [197?]). É nesse período que conheceu alguns dos intelectuais já estabelecidos da cidade, envolvendo-se na mobilização em torno de vários movimentos artísticos e literários. Valendo-se dessa nova rede, ela ampliou o seu campo de atuação e também se inseriu no campo das letras, publicando os seus primeiros livros.

No campo do folclore, ela iniciou a sua produção escrita em 1950, com um estudo sobre a ajuda vicinal, intitulado *Traição*, publicado no Boletim da CNFL e, posteriormente, também publicado na seção Correio Folclórico do jornal *Correio Paulistano*. Regina Lacerda participou dos congressos de folclore promovidos, na época, pela CNFL, eventos que representavam o eixo da política de divulgação do movimento e da arregimentação de novos intelectuais. Provavelmente movida pelo chamado missionário amplamente divulgado entre os folcloristas, ela participou do II Congresso Brasileiro do Folclore, em Curitiba, em 1952, apresentando o trabalho *As Cavalhadas na Cidade de Goiás*; montou uma estante de exposição no I Congresso Internacional de Folclore, realizado em 1954, em São Paulo; além do III Congresso Brasileiro de Folclore, realizado na Bahia, no qual apresentou o trabalho *Cerâmica Popular-Artesanato vivo em Goiás* (MUSEU DA IMAGEM E DO SOM, 2003, s/p).

Com o afastamento dos secretários indicados para a CGF, Regina Lacerda foi assumindo, aos poucos, as lacunas desses espaços e, ao que parece, deve ter assumido a secretaria da CGF informalmente, pois nada foi localizado acerca de qualquer convite oficial para que ela ocupasse esse lugar. No entanto, o que a documentação revela é que ela mostrou-se solícita em colaborar com a CNFL enviando textos e comunicações relativos a Goiás, cuidando também da publicação, na imprensa regional, de matérias sobre folclore ou mesmo produzindo relatórios para a Secretaria da Educação, da qual era funcionária, dando conta das atividades que desempenhava nesse campo, que estavam subordinadas àquela pasta.

Em 1955, ela ainda continuava a se corresponder com Renato Almeida, mas a sua posição no campo intelectual havia mudado, pois assumira o cargo de diretora da Rádio Clube de Goiânia. As cartas revelam que o seu novo lugar de fala é construído com base em posições definidas e ações mais autônomas.

Diferentemente da formalidade empregada nas cartas anteriores, enviadas pelos secretários Colemar Natal e Silva e Cônego Trindade, Regina Lacerda escrevia de modo mais pessoal e despreocupada com as regras formais do campo. Ao final, assinava como Reg, a exemplo de outras correspondências que trocava com amigos e familiares.

Dr. Renato:

Saudações.

Segue junto o recibo pedido.

A sua cartinha foi muito delicada e lisongeira - sou eu que tenho que lhe agradecer a maneira gentil com que nos distinguiu e cumprimentá-lo pelo êxito do nosso congresso. Foi mesmo maravilhoso, não foi? O sr. ficou contente?

Fiz um grande relatório ao Secretário de Educação e dei duas reportagens e entrevistas ao nosso jornal "D. As ceiado" [sic]

procuro despertar o interesse dessa nossa gente pelo estudo do folclore.

Tenho feito algumas publicações nos jornais e devo lhe mandar uns recortes.

um abraço amigo da Regina. [nome escrito à mão]

Peço a D. Iracema anotar o meu endereço:

Regina Lacerda

rua vinte e quatro nº 7 - Goiânia.

Obrigada.

Reg. [assinatura escrita à mão]

(Carta nº 28, de Regina Lacerda a Renato Almeida, s/d)

O diálogo de Regina Lacerda com a CNFL, como suposta secretária geral, só pôde ser verificado a partir de 1961, quando Renato Almeida já havia deixado a entidade, sendo substituído por Édison Carneiro. Nesse período, havia ocorrido uma modificação importante no movimento institucional do folclore no Brasil, com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), em 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek. A Campanha, como foi chamada, atendia a um apelo antigo dos folcloristas, que era a institucionalização do folclore em âmbito federal, o que lhe garantiria verbas para estudos, pesquisas, divulgação e proteção do folclore, realização de congressos, formação de pessoal, entre outros. Com essa modificação na estrutura institucional, o secretário da CNFL passava a compor um conselho presidido pelo Ministério da Educação e Cultura e do qual fariam parte outros quatro especialistas no assunto nomeados por portaria ministerial, sendo um deles o Diretor Executivo da Campanha de Defesa do Folclore.

Em correspondência enviada a Regina Lacerda, em 17 de abril de 1961, Édison Carneiro demonstra que os contatos com a CGF não haviam sido interrompidos, pois afirma que estaria em Goiânia entre sexta ou sábado daquela semana, procedente de Brasília, para tratar de assuntos diversos com ela e Colemar Natal e Silva, na época reitor da Universidade Federal de Goiás. O conteúdo da carta demonstra que, naquele momento, Regina Lacerda já era uma pessoa reconhecida nas discussões sobre o folclore em Goiás, tendo em vista que, na viagem programada, Édison Carneiro pretendia tratar com ela da criação de uma seção de folclore no Museu do Estado, do qual também era diretora, como parte das atividades da Campanha de Defesa do Folclore. Queria também convidá-la para participar de uma pesquisa a ser desenvolvida na região do entorno de Brasília, para a defesa do folclore, assunto sobre o qual já haviam tratado anteriormente e que foi amplamente divulgado na imprensa da época como um dos trabalhos que integrariam a expansão das atividades de pesquisa da CDFB.

Nesta mesma correspondência, Édison Carneiro solicitava que a UFG aceitasse professores enviados pela Campanha para lecionar em matérias especiais que cobririam determinados aspectos do folclore, mas já avisava que essa iniciativa não iria concorrer com o curso que Regina Lacerda, a convite de Colemar Natal e Silva, já ministrava na instituição e cuja duração seria de um ano letivo (Carta nº 30, de Édison Carneiro para Regina Lacerda, em 17/04/1961).

Nada foi localizado a respeito dessa viagem de Édison Carneiro a Goiânia, ou se, de fato, ela ocorreu. A análise das diversas correspondências trocadas para o planejamento do curso permite identificar as mudanças no campo intelectual com a criação dessas faculdades e como Regina Lacerda havia conseguido se inserir, por meio do folclore, nessas instituições.

A iniciativa da Universidade Federal de Goiás de criar um curso de folclore pode ser interpretada como estratégia de inclusão da nova instituição no campo intelectual do Estado, visto que, naquele período, existia apenas a Faculdade de Filosofia de Goiás, criada em 1949, e que, em 1962, transformou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na qual haviam se formado inúmeros intelectuais ligados ao campo da literatura (TELES, 1983, p. 134). A promoção de atividades, como os cursos de folclore, era uma possibilidade de inserção da recente UFG nas atividades intelectuais, ao mesmo tempo que promovia o nome da Universidade por meio de atividades relevantes para as pessoas da época.

Nesse período, as cartas vão registrando a transformação na estrutura do próprio movimento nacional. Em outubro de 1963, Regina Lacerda cumprimenta Edson Carneiro pela transformação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em Instituto do Folclore Brasileiro, vista como parte de um novo projeto que estava sendo concretizado. Na última correspondência entre Édison Carneiro e Regina Lacerda, a folclorista goiana comentou que o processo de criação do Instituto Goiano do Folclore estava em andamento, de modo que aproveitou a oportunidade para enviar anexa uma cópia do projeto que seria entregue ao governador. Segundo ela, o projeto fora redigido por Noé Sandino, diretor do Museu na época, baseado na proposta apresentada por Édison Carneiro para o museu, que seria criado na Universidade Federal de Goiás. No trecho mais entusiasmado da carta, ela convida Édison Carneiro para participar da cavalcada, na festa do Divino, em Santa Cruz. Ao que parece, Édison Carneiro não aceitou o convite de Regina Lacerda, pois não foi encontrado nenhum indício da sua visita a Goiás. Todavia, aquele era um período delicado na política brasileira, marcado por diversas transformações ocorridas com a ascensão do militares ao poder. Édison Carneiro, por suas reconhecidas posições políticas, fora afastado da direção do movimento e em seu lugar retornou Renato Almeida, sobre quem, segundo Vilhena (1997), não recaíam suspeitas. Para esse autor, o movimento do folclore chegava ao fim.

Em 6 de agosto de 1964, Regina Lacerda escreve carta a Renato Almeida comentando correspondência recebida em 28 de julho, na qual ele, certamente, expunha as mudanças que haviam ocorrido naquele período. Inicialmente, ela lamenta a saída de Édison Carneiro, e, em seguida, afirma que estavam recompensados com a entrada de Renato Almeida para a direção da CDFB. A carta possivelmente atendia um pedido de Renato Almeida, que desejava se inteirar do trabalho das comissões. O trecho pode ser interpretado como uma forma de escrita de si, de Regina Lacerda, já que a maioria das informações é descrita em primeira pessoa.

1- Organizei um questionário para levantamento do CALENDÁRIO FOLCLÓRICO das festas tradicionais de Goiás.

Temos recebido respostas de maneira satisfatória, ao menos quanto o número delas. Segue junto um exemplar sobre o qual peço a sua opinião e alguma sugestão.

Fiz a distribuição inicialmente aos agentes de Estatísticas e pessoas interessadas no assunto, e como entendo que deva mandar às professoras, seria interessante se já fossem distribuídas acrescidas de suas sugestões.

2- Realizei um pequeno CURSO DE FOLCLORE no Instituto de Educação para professorandas, isto é, 3º ano Normal.

3- Ampliei a seção de ARTES E TÉCNICAS POPULARES do Museu com aquisição de grande número de peças.

4- Cuido nesses dias da montagem de uma EXPOSIÇÃO de fotografias dos vários fatos folclóricos que já documentamos.

A exposição deverá ser aberta no dia 22 de agosto, quando pensamos em fazer uma exibição de slides coloridos sobre o assunto, de propriedade do companheiro W. Bariani Ortêncio.

5- Tenho pronto para enviar à Campanha um conjunto de cerâmica, grupo de "DANÇA DE CONGO" da velha capital. Vou remeter também uma entrevista em gravação que fiz com a "paneleira" autora das peças.

(Carta nº 49, de Regina Lacerda a Renato Almeida, em 06/08/1964)

Em outro trecho dessa carta, ela manifesta preocupação sobre a permanência de Noé Sandino à frente do Departamento de Cultura do Estado (DEC), por julgá-lo possuidor do entusiasmo necessário à realização dos trabalhos. Essa preocupação tinha relação direta com as transformações que ocorriam em Goiás após a ascensão dos militares e, certamente, já havia indícios de que haveria mudanças na direção de alguns órgãos públicos do período.

Regina Lacerda escreveu novamente para Renato Almeida em dezembro de 1964. Ao que parece, a carta enviada anteriormente teria sido a escrita em agosto de 1964. A possível justificativa para esse lapso de tempo era a situação de tensão e expectativa em relação à indicação dos novos diretores do DEC, do Museu e mesmo do Instituto Goiano do Folclore, pois os anteriores haviam sido afastados. De acordo com Regina Lacerda, não havia clareza quanto a nenhum dos projetos em andamento. "Sobre o congresso e o resto que programamos nada podemos prever, aliás, foi tudo como pensei e lhe falei aí. Noé me

julgava pessimista. Ele é que era otimista, eu via a realidade, eis tudo" (Carta nº 50, de Regina Lacerda a Renato Almeida, em 12/12/1964).

O pessimismo de Regina Lacerda não era infundado, pois nesse período consolidava-se o governo militar no Brasil, que promoveu a reformulação, extinção e criação de novos órgãos públicos, para os quais nomeava-se, preferencialmente, pessoas que não tivessem ligações com o governo anterior. Certamente, a folclorista, que transitava muito bem por todo o campo intelectual, teria ouvido conversas, comentários, enfim, algo que justificasse o seu pessimismo diante da nova estrutura política.

A nova configuração política no Estado inseriu alguns nomes novos na direção das instituições culturais. Por meio das correspondências examinadas, não é possível ter uma noção clara de quais eram essas pessoas, mas é certo que Regina Lacerda não foi indicada para nenhum deles. Em correspondência enviada à CNFL, em junho de 1965, ela parecia ressentir-se da exclusão de seu nome na direção da instituição.

Acho que não lhe contei ainda que o Diretor do Instituto Goiano de Folclore é o sr. Petrônio Cruz. Parece-me que ele não fez nenhuma comunicação de sua posse no cargo, nem sei também qual é o plano de trabalho que tem para seu Instituto... Estou sabendo que o Sr. Petrônio vai levar o nosso pequeno acervo de "Artes e técnicas populares" para uma exposição que o Estado fará aí no Rio no mês de julho próximo.  
(Carta nº 53, de Regina Lacerda a Renato Almeida, em 28/06/1965).

Apesar de não ter sido incluída na nova organização do Departamento Estadual de Cultura, Regina Lacerda buscava outros meios para continuar nas atividades do folclore. Como exemplo disso, ainda na correspondência enviada a Renato Almeida, em dezembro de 1964, informava sobre a criação da Companhia de Integração dos Vales do Araguaia e Tocantins (CIVAT), órgão que tratava da valorização da região do Araguaia e Tocantins e que estava interessado em fazer o levantamento do folclore daquela área.

A resposta de Renato Almeida foi bastante empolgada. Embora manifestasse preocupação com as novas indicações para os cargos de direção dos órgãos culturais, tendo em vista que desejava manter o convênio com o Museu Estadual de Goiás, considerava a notícia da criação da CIVAT e seu projeto de levantamento folclórico da maior importância, já que a proposta estava vinculada a um de seus projetos de pesquisa. (Carta nº 51, de Renato Almeida a Regina Lacerda, em 16/12/1964).

Em relação ao plano apresentado por Regina, Renato Almeida não faz nenhum comentário específico que pudesse macular o espírito cordial das cartas, limitando-se a dizer que:

O plano sugerido em si está bem, mas o problema é estudar a factibilidade que, como você sabe, é muito difícil. Mas gostaria de trabalhar nesse sentido e ponho a Campanha à disposição da CIVAT para uma proveitosa coordenação de esforços.

Esperando suas notícias, subscrevo-me com a amizade e admiração do velho amigo e colega,  
Renato Almeida (Idem)

Como se vê, Renato Almeida já não tinha a mesma disposição e entusiasmo, identificados nos anos anteriores em que incentivava os congressos e os grandes eventos públicos do folclore. Aos poucos, toda aquela energia se esgotava, indicando que o movimento passava por transformações. O diálogo epistolar era um termômetro para essas modificações, pois, neste período, a troca de correspondências entre as comissões se tornara cada vez mais rara, visto que só localizaram-se três cartas em toda a década de 1970.

Em carta de 1975, Regina Lacerda cumprimenta o diretor da CDFB, Bráulio do Nascimento pela inauguração da sede da Campanha e pela nova fase de trabalhos que anunciava a concretização dos anseios daqueles que lutavam em prol do folclore. Contudo, não há mais detalhes nas cartas de como essa nova fase foi constituída (Carta nº 60, de Regina Lacerda para Bráulio Nascimento, em 05/09/1975).

Dois anos depois, Regina Lacerda envia outra carta para Bráulio Nascimento, dessa vez comunicando que havia enviado o material pedido para a composição do Caderno de Goiás, livro que seria publicado pela CDFB e que fora escrito pela autora. Comunica também o envio do Boletim da CGF para a gráfica e, por isso, lembra-lhe da urgência no envio do dinheiro, já que havia feito compromissos com os gastos da referida publicação. Embora apresente nestas duas últimas cartas uma disposição razoável para os trabalhos da comissão, finaliza esta de forma inusitada.

Bráulio, meu amigo, a Comissão para mim já perdeu sua razão de ser. Creio que deverei me afastar da presidência da Comissão Goiana, já que o Folclore conta hoje com estruturas estatais: Campanha e serviços estatais com recursos e apoio logístico, restando às Comissões um papel de “confraria”, subsistindo com auxílios e ajudas ocasionais e arbitradas por quem pode socorrê-las.

Não há mágoa, mas sim a verificação de uma realidade que não podemos ignorar.

Um abraço da sempre amiga,  
Regina

(Carta nº 61, de Regina Lacerda para Bráulio Nascimento, em 16/11/1977).

A carta de Regina Lacerda indica a sua insatisfação com a CGF, que se tornou uma instituição obsoleta e figurativa diante das transformações pelas quais o folclore irá passar durante os anos de 1970, em virtude das políticas culturais do governo dos militares que

resultaram em políticas estaduais que, entre outros elementos, incluiu e dinamizou o folclore.

Em 1978, mais de dez anos após a última carta enviada por Renato Almeida, há uma única correspondência: um ofício de Manuel Diégues Junior para Regina Lacerda, no qual encaminha os Estatutos das Comissões de Folclore. Logo de início, percebe-se que os elementos que compunham os antigos diálogos epistolares haviam desaparecido.

Os Estatutos explicitavam o papel das comissões de folclore e incorporavam como parte de suas tarefas, diversos elementos que compunham a política cultural brasileira nos anos de 1970. Além dos objetivos já explicitados de incentivar e coordenar as pesquisas e os estudos e também promover a defesa e divulgação do folclore no âmbito do Estado.

As comissões agora seriam compostas de membros fundadores (os que assinaram a ata de fundação da Comissão ou que constituíram o seu primeiro quadro), efetivos (os que apresentavam real contribuição para os estudos de folclore, com trabalhos publicados), honorários (os secretários de Educação, Cultura e Turismo e presidentes de Conselhos de Cultura em nível estadual e municipal), além de membros correspondentes que seriam os folcloristas residentes em outros estados da Federação ou em outros países.

Os secretários das comissões passariam a ser considerados presidentes, elevando o seu *status*. Porém, continuariam a ser indicados pelo presidente da Comissão Nacional de Folclore, só que com base em uma lista tríplice organizada em assembleia geral que seria, por sua vez, estabelecida pelo Regimento Interno da Comissão. Os Estatutos indicavam também a criação de subcomissões, que auxiliariam a CNFL no desenvolvimento de suas atividades, além de prever o número e a periodicidade das reuniões, a criação de um fundo especial que poderia ser constituído por meio de dotações de órgãos públicos ou entidades particulares, ou até mesmo proveniente de seus serviços, como assessoramento, cursos, publicações entre outros. Indicavam, ainda, as atribuições do presidente, que deveria coordenar os trabalhos técnicos e dirigir as atividades da Comissão, promover e ativar campanhas para obtenção de recursos para o fundo especial da entidade, que também seria gerido por ele, além de representá-la em suas relações externas, assinar convênios ou acordos com entidades públicas e particulares, além de diligenciar junto às autoridades estaduais, órgãos públicos, entidades particulares, a consignação no orçamento de recursos destinados à Comissão, assim como obtenção de recursos para a realização de projetos que visassem à defesa e à promoção do folclore.

A proposta de elaboração dos estatutos propunha uma estrutura mais complexa e organizada para as comissões estaduais e criava propostas para solucionar a ausência de verbas. Nos poucos registros que restaram das atividades da CGF, verifica-se que ela passou por uma reestruturação neste período, motivada pelas novas proposições dos estatutos que promoveram a ampliação de seu quadro. Entre os novos membros da CGF

estavam pessoas como Amália Hermano Teixeira, amiga pessoal de Regina Lacerda que, embora tenha se dedicado pouco ao folclore na sua produção escrita, era uma dileitante nas questões culturais de Goiás, que guardava meticulosamente textos, recortes de jornais e revistas, separados por assuntos; Ático Vilas-Boas da Mota, professor da Faculdade de Letras que havia sido convidado por Colemar Natal e Silva para integrar o quadro de professores da UFG; Basileu Toledo França, escritor polígrafo que se envolvera amplamente na escrita do folclore de Goiás nos anos de 1970; Bernardino da Costa que integrava o corpo de funcionários da Secretaria de Educação e Cultura de Goiás; Bernardo Elis que já era membro da Comissão desde a sua fundação; Colemar Natal e Silva que fora o fundador da instituição e nesse momento era o reitor da Universidade Federal de Goiás; Braz de Pina, maestro que havia sido diretor do Instituto Goiano do Folclore (IGF); Elder Camargo dos Passos que era da cidade de Goiás e havia criado a OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições); Maria Augusta Callado, professora da Escola de Música da UFG; Nelly Alves de Almeida, professora da Faculdade de Letras da UFG; Emílio Vieira que já iniciara uma produção escrita sobre o folclore e Waldomiro Bariani Ortêncio que já fazia parte da comissão e tinha uma produção escrita sobre folclore bem delimitada.

Essa nova formação da CGF indicava que o campo do folclore, neste período, não estava mais restrito aos intelectuais das instituições culturais tradicionais, visto que vários de seus membros eram professores da Universidade Federal de Goiás. Contudo, nos anos de 1970, a CGF se tornou uma instituição de caráter consultivo, uma vez que as verbas públicas destinadas ao folclore eram geridas pelo Instituto Goiano do Folclore, instituição criada em 1964, no âmbito estadual, para promover o estudo e a proteção do folclore em Goiás.

Apesar do desânimo explicitado na carta enviada a Bráulio Nascimento, Regina Lacerda continuou a presidir a CGF até, pelo menos, o final dos anos de 1970 e, como não foram encontrados outros registros da organização institucional da Comissão Goiana de Folclore, não é possível datar a sua permanência na presidência da instituição. No entanto, o que se sabe por meio de outros documentos é que ela continuou a se engajar em diversos outros projetos ligados ao folclore, mesmo sem ocupar um cargo público efetivo ligado a essa função. Até o ano de sua morte, em 1992, foram inúmeras as homenagens, os títulos e as condecorações que revelam o reconhecimento público de seu trabalho.

Nesse processo analisado, percebe-se que Regina Lacerda tornou-se a folclorista mais engajada do movimento institucional do folclore goiano, acompanhando as diversas fases do movimento e ocupando distintas funções, entre elas a de escritora de cartas que revelaram diversos aspectos institucionais do movimento, ao mesmo tempo que evidenciaram a presença de diversos personagens e inúmeros dilemas sobre o folclore, silenciados em outros documentos. Regina Lacerda também se destacou por meio de uma

vasta produção escrita que revisitou os primeiros trabalhos sobre folclore de Goiás, produzidos ainda no início do século XX, ampliando a concepção do folclore e criando novos enredos apropriados às demandas de seu tempo, assim como de textos que colaboraram na definição de vários dos temas que foram eleitos como parte do folclore de Goiás.

**Recebido em 3/9/2012**

**Aprovado em 5/11/2012**

## NOTAS

<sup>1</sup> No arquivo da Biblioteca Amadeu Amaral do Museu Édison Carneiro está arquivada parte da correspondência ativa e passiva trocada entre a CNFL e as Comissões Estaduais. No caso de Goiás, foram localizados 64 cartas e 6 telegramas escritos entre 1948 e 1978.

## FONTES

1- Biblioteca Amadeu Amaral (Museu Édison Carneiro-RJ).

1.1 Documentos avulsos:

LACERDA, Regina. *Plano de trabalho para a CIVAT*. Goiânia. [196-].

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Proposta de Criação do Centro de Estudos da Cultura Popular*. Goiânia. [198-].

\_\_\_\_\_. *Anteprojeto de Regulamentação do Centro de Estudos da Cultura Popular*. Goiânia. [198-].

Relação da correspondência epistolar utilizada no texto

Nº	Remetente	Cidade	Destinatário	Cidade	Data
01	Alceu Maynard Araújo	Rio de Janeiro	Renato Almeida	Rio de Janeiro	21/12/1948
02	Colemar Natal e Silva	Goiânia	Renato Almeida	Rio de Janeiro	25/05/1949
07	Colemar Natal e Silva	Goiânia	Renato Almeida	Rio de Janeiro	26/11/1949
08	Colemar Natal e Silva	Goiânia	Renato Almeida	Rio de Janeiro	28/11/1950

10	Colemar Natal e Silva	Goiânia	Renato Almeida	Rio de Janeiro	[195-]s/d
11	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Colemar Natal e Silva	Goiânia	1950
19	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Cônego Trindade	Goiânia	07/06/1952
25	Renato Almeida	Rio de Janeiro	Cônego Trindade	Goiânia	23/04/1953
26	Cônego Trindade	Goiânia	Renato Almeida	Rio de Janeiro	19/10/1953
28	Regina Lacerda	Goiânia	Renato Almeida	Rio de Janeiro	s/d
30	Édison Carneiro	Rio de Janeiro	Regina Lacerda	Goiânia	17/04/1951
31	Bráulio Nascimento	Rio de Janeiro	Regina Lacerda	Goiânia	19/05/1951
33	Regina Lacerda	Goiânia	Bráulio Nascimento	Rio de Janeiro	31/05/1961
36	Édison Carneiro	Rio de Janeiro	Regina Lacerda	Goiânia	16/01/1962
38	Regina Lacerda	Goiânia	Édison Carneiro	Rio de Janeiro	09/02/1962
39	Regina Lacerda	Goiânia	Édison Carneiro	Rio de Janeiro	09/02/1962
44	Édison Carneiro	Rio de Janeiro	Regina Lacerda	Goiânia	07/11/1962
45	Regina Lacerda	Goiânia	Édison Carneiro	Rio de Janeiro	29/11/1962
47	Regina Lacerda	Goiânia	Édison Carneiro	Rio de Janeiro	17/10/1963
49	Regina Lacerda	Goiânia	Renato Almeida	Rio de Janeiro	06/08/1964
50	Regina Lacerda	Goiânia	Renato Almeida	Rio de Janeiro	12/2/1964

53	Regina Lacerda	Goiânia	Renato Almeida	Rio de Janeiro	28/08/1965
60	Regina Lacerda	Goiânia	Bráulio Nascimento	Rio de Janeiro	05/09/1975
61	Regina Lacerda	Goiânia	Bráulio Nascimento	Rio de Janeiro	16/11/1977

## 2. Acervo do IGF (Museu Zoroastro Artiaga)

### 2.1 LACERDA, Regina. Falando de mim (mimeo), [197?].

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: MICELI, Sérgio (org.). *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1988.

FERNANDES, Florestan. *O Folclore em Questão*. 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 7-24

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Educação e Cultura/GO, Portaria nº 4, de 07 de fevereiro de 1953, de Cônego José Trindade da Fonseca e Silva. Goiânia, GO. COMISSÃO NACIONAL DO FOLCLORE. Modelo de Estatuto para as Comissões Estaduais de Folclore. [197-].

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE GOIÁS (Cadernos de Fotografia). *Reverendo Regina Lacerda. Fotobiografia*. AGEPEL, Goiânia, 2003.

NEDEL, Leticia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. 2005. Tese (doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Olho D'agua, [1992?].

TREBITSCH, Michel. Correspondance d'intellectuels: le cas de lettres d'Henri Le Febvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les Cahiers de l'IHTP*, n. 20, mars 1992.

TELES, Gilberto Mendonça. *A Poesia em Goiás*. Goiânia: CEGRAF, 1983.

---

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte / Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.